



A Comarca de Ilhéus e as Políticas Botânicas Portuguesas (1768-1808)

Rodrigo Osório Pereira ¹

RESUMO

Este artigo estuda o papel da Comarca de Ilhéus enquanto palco da formulação de políticas da Coroa portuguesa para a flora colonial local, na transição do século XVIII para o XIX. Entendendo a ciência moderna como um instrumento de dominação colonial, verificamos que a Botânica assumiu um papel central no mundo Ultramarino português, servindo como potencializador da exploração dos recursos naturais no horizonte colonial. Na Comarca de Ilhéus é possível encontrar um corpo técnico de funcionários-naturalistas que desenvolveram com relativa singularidade e perícia na Filosofia Natural as funções como agentes da Coroa. Citamos o Ouvidor da Comarca de Ilhéus, Francisco Nunes da Costa; o naturalista Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá; o Capitão de Infantaria, Domingo Alves Branco Muniz Barreto; o Juiz Conservador da Matas, Baltasar da Silva Lisboa; o Juiz de Fora da Vila de Cachoeira, Joaquim de Amorim Castro e; o filósofo José de Sá Bittencourt e Accioli.

Palavras-Chave: Políticas Botânicas; Comarca de Ilhéus; Funcionários Naturalistas.

¹ Doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. Professor na Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Brasil. rodrigohistoria1983@gmail.com.

A Comarca de Ilhéus se constituiu numa região estratégica para a Coroa portuguesa por ser uma das principais áreas de extração de madeira-de-lei dos seus domínios ultramarinos. Suas reservas eram, além de abundantes, das melhores qualidades. Algumas espécies fornecedoras de madeira constituíram-se nas produções naturais mais importantes, pois foram essenciais na construção naval, uma indústria fundamental para a manutenção da soberania política de Portugal. Sem uma “marinha de guerra” e “mercantil”, as regiões sob tutela portuguesa ficariam suscetíveis a ataques inimigos, colocando em risco a autonomia administrativa de seus espaços coloniais e o Reino. Além disso, a frota naval foi essencial para o desenvolvimento do comércio, seja ele interno ou externo e o único meio de ligação existente entre o Reino e seus espaços coloniais espalhados ao longo da América, África e Ásia (Lapa 1968).

A importância das reservas de madeira-de-lei, sobretudo, das “vilas de baixo” ao Recôncavo baiano, como Cairú, Boipeba, Valença, Camamú, entre outras, já foi observada pelo historiador Warren Dean, quando destacou a importância da proximidade no Norte da Comarca de Ilhéus com o principal porto da Colônia brasileira. Esse fator, segundo Dean, possibilitou a consolidação, a partir da segunda metade do século XVIII, de uma importante indústria de construção naval na cidade de Salvador, que viria a se constituir no mais importante porto ultramarino em todo o ultramar lusitano. Como apontou um dos pioneiros na História Ambiental brasileira,

Navios de guerra e mercantes construídos na Bahia constituíam, no final do século (XVIII), a maior parte da frota sob bandeira portuguesa. A madeira para esses navios era obtida em Pernambuco, Alagoas e no sul da Bahia, nas ex-capitanias de Ilhéus e Porto Seguro. Ali grandes extensões de florestas persistiam até o fim do século XVIII, mesmo à beira-mar. (Dean 1996, p. 151).

Se o abastecimento da Cidade do Salvador e as reservas de madeiras cobiçadas pela Marinha Real foram fatores importantes de vínculo da Comarca de Ilhéus ao “Sistema Colonial”, a “phísica dos bosques” também contribuiu decisivamente para um olhar mais atento da metrópole sobre este rincão colonial.

O desenvolvimento desses saberes em Portugal foi, em grande parte, beneficiado pelo papel que desempenhou o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), o Marquês de Pombal, no Governo do Rei Dom José I. Após destituir o sistema educacional jesuítico e desestabilizar o ensino na instituição oratoriana, Carvalho e Mello voltou suas atenções para as reformas educacionais da prestigiosa Universidade de Coimbra, ocorridas em 1772.

O período pombalino caracterizou-se como um tempo de reformas do Estado em todos os níveis, nas quais o próprio ministro concentrou poderes e tomou as mais importantes decisões em direção ao fortalecimento do poder do Estado. A valorização da Filosofia Natural em Portugal foi

possibilitada nos planos de Carvalho e Mello através de um programa de reformas no ensino que visava, além do preparo técnico-científico dos estudantes, a potencialização dos futuros funcionários estatais (Falcon 1982).

A partir de 1768, iniciaram-se as atividades no Colégio Real dos Nobres, idealizado por Pombal como instituição educacional reformada para a fidalguia lusitana. Em decorrência disso e da reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra, ocorrida 4 anos depois, Dom José convidou alguns naturalistas para lecionar em Portugal, constituindo a missão científica italiana, na qual estavam o engenheiro Michelle Ciera, o matemático Miguel Franzini, o químico G. A. Dalla Bella, o jardineiro Júlio Mattiazzi e o botânico Domingos Vandelli (Munteal Filho 1993).

Vandelli (1735-1816) não chegou a trabalhar no colégio, assumindo, a partir de 1768, a direção das obras do Jardim e Real Museu Botânico da Ajuda. Depois foi para a cidade de Coimbra lecionar química e história natural na universidade reformada por indicação do próprio Carvalho e Mello.

Como centro intelectual, Coimbra teve um papel fundamental no projeto reformista do ministro de Dom José, no qual a Filosofia Natural estreitou suas relações com o Estado, servindo-o de um conjunto de práticas e conhecimentos oportunos ao suporte das expedições de viagens, observações e relatórios técnicos detalhados. Isso se tornou possível devido à reforma dos estatutos de sua centenária universidade, em 1772, que orientou seu currículo nos pressupostos da razão, distanciando-se do método escolástico (Gauer 1996; Cruz 2004; Pataca 2006).

As viagens científicas no Reino passaram a ser utilizadas como atividades práticas no curso de Filosofia Natural, possibilitando uma avaliação mais criteriosa aos mestres coimbrões de seus alunos naturalistas. Além da preparação prático-perceptiva dos alunos, essas viagens possibilitaram a descoberta e potencialização da exploração de diversos recursos naturais ao longo dos territórios sobre domínio português.

Contextualmente, as viagens e a preocupação com a dinamização dos recursos naturais localizavam-se, simultaneamente, em um quadro de crise da economia portuguesa que marcou o período 1770-1780. Nessa fase, Portugal substituiu as importações, incluindo gêneros agrícolas, com o objetivo de reduzir os déficits da balança comercial. Também sofreu um gradual recuo na lucratividade com a economia de extração do ouro brasileiro, associada às oportunidades abertas com as grandes demandas surgidas pelas economias industriais da Inglaterra, França e Países Baixos na busca por matérias primas (Wehling 1976).

Em linhas gerais, o projeto pombalino para o desenvolvimento de Portugal criou as condições necessárias para o desenvolvimento do conhecimento, sobretudo, da Filosofia Natural. A partir disso, faz-se necessário a distinção entre dois momentos de grande relevância na história da cultura científica portuguesa. O primeiro expressa os marcos da ação pombalina e deve ser entendido do período que vai de 1764, com a chegada dos primeiros naturalistas da missão italiana à 1779, ano de fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa. Nesse momento, identificamos a cristalização de um processo de sociabilidade intelectual coletiva no âmbito das ciências naturais, que se consolidou no período mariano e joanino. Os saberes naturais foram estimulados por Carvalho e Mello e praticadas por ilustrados portugueses e italianos no âmbito da Universidade de Coimbra, mas também em Lisboa. Ali, destacamos o complexo científico estabelecido na Ajuda e a atuação de uma intelectualidade projetista e utilitarista congregada em torno da Academia de Ciências (Munteal Filho 1998).

O segundo momento, 1779-1808, foi marcado pela apropriação dessa política pombalina, desenvolvendo a Filosofia Natural a partir das viagens filosóficas pelas colônias, especialmente, pelo Brasil. Esses anos foram singulares, por um lado, na postura fomentista da Coroa, mais do que nunca ciente do papel desse campo de conhecimento para o desenvolvimento do Reino e, por outro, no processo de institucionalização da botânica na colônia brasileira. Nesta porção do além-mar, a botânica setecentista se destacou como o principal instrumento, no âmbito da Filosofia Natural, no apoio a um conjunto de políticas ultramarinas fisiocratas e reformistas (Domingues 1995; Domingues 2001).

Este cenário promissor para as ciências representou uma fronteira aberta para os anseios de jovens botânicos baianos praticantes da Filosofia Natural, ansiosos a servir aos interesses de Sua Majestade e utilizá-la como mecanismo de ascensão social na clientela sociedade de Antigo Regime portuguesa.

OS FUNCIONÁRIOS NATURALISTAS

As últimas décadas do Século XVIII português presenciaram à organização de um projeto articulado de institucionalização do conhecimento natural no seio das políticas coloniais. Seus principais centros institucionais foram os Museus de História Natural da Ajuda, a Academia Real de Ciências, ambos em Lisboa, e a Universidade de Coimbra, na cidade de Coimbra. Os sujeitos envolvidos iam desde os ministros da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos até os naturalistas ocupados no fazer diário da Filosofia Natural. Estes últimos pertenciam a uma rede extensa de estudiosos que alteram e reforçam, a partir de uma ação conjunta, os laços de dominação que Portugal estabeleceu com seus espaços coloniais (Brigola 2000).

A Comarca de Ilhéus, por exemplo, foi *locus* de atração de um corpo técnico especializado com qualificação para exercer a Botânica setecentista. Evidentemente, não se trata de um quadro expressivo, característica da burocracia estatal na colônia, mas um pequeno quadro de funcionários preparados no campo da Filosofia Natural nos permite analisar em conjunto as iniciativas que refletiam em políticas para a botânica colonial.

Estes homens vivenciaram viagens filosóficas pelo território baiano, produziram estudos e deixaram uma documentação administrativa capaz de fornecer um amplo levantamento dos recursos naturais da terra. Contribuíram ainda com a organização de instituições coloniais que abrigaram e desenvolveram os estudos e práticas botânicas, como o Jardim Botânico da Bahia.

As viagens filosóficas constituem uma base metodológica do naturalismo luso-brasileiro praticado na Comarca de Ilhéus. Elas estavam alicerçadas no entendimento de que o observador do mundo natural não poderia ficar recluso em gabinetes. O mundo seria o grande livro da natureza a ser estudado, repleto de diversidade e com grande potencial para a elaboração de obras monumentais. O papel das viagens naturais foi além da possibilidade do encontro do naturalista com a natureza a ser observada. Ela constituiu uma expressão epistemológica muito representativa da mentalidade naturalística ilustrada em Portugal e nos seus domínios.

Para analisarmos o papel desses sujeitos devemos entendê-los como agentes imperiais. Em sua maioria, esses homens atuaram como Ouvidores de Comarca, Juízes de Fora, militares ou mesmo encarregados da Coroa. Eram, em geral, egressos da Universidade de Coimbra e/ou proprietários de terras na região. Estes homens não exerceram a Filosofia Natural na condição exclusiva de naturalistas, dispondo de tempo, estrutura e reconhecimento para tal. Contudo, exerceram dentro da estrutura clientelar de uma sociedade de antigo regime práticas convencionais de barganha a partir de seus feitos naturalísticos.

Essa utilização dos estudos botânicos como elemento de negociação na ascensão na magistratura e no reconhecimento de lealdade à Coroa pode ser encontrada em carta datada no ano de 1796, que Joaquim de Amorim Castro escreveu ao Príncipe Regente. Na carta, o Juiz de Fora da Vila de Cachoeira e egresso da Universidade de Coimbra dizia,

Ponho na sereníssima presença de Sua Alteza Real pelas benignas mãos de Vossa Excelência o resultado das minhas aplicações nos intervalos de descanso que o Real Serviço me permite. Compreendido em dois tomos da história natural, contendo o primeiro as descrições de várias de suas espécies, aves e anfíbios, o segundo as estampas iluminadas fiéis à vista dos mesmos animais. O ardente desejo de me aperfeiçoar nos tais ensaios para mais dignamente me empregar no Real Serviço suprirá o defeito da obra. Vossa Excelência que sabe apreciar com inteligência e conhecimento das finezas naturais, será o mecenas que eu procuro para chegar prostrado aos Reais Pés se Sua Alteza Real e os trazer em testemunho da minha fidelidade os

Rodrigo Osório Pereira

débeis ensaios dos meus trabalhos. Se eu tiver a fortuna de merecer o acolhimento e a proteção de Vossa Excelência, animoso mandarei pôr em execução todas as minhas observações botânicas para ter a honra de dedicar e oferecer a Vossa Excelência, a quem suplico que me faculte a tal licença. As benignas mãos da Vossa Excelência beijo novamente².

Nessa relação de troca, os reis reforçavam sua legitimidade ao conceder um benefício, ao mesmo tempo em que um vassalo reforçava sua posição de destaque ao ser premiado com uma mercê, seja um cargo, um rendimento ou mesmo honra. Afinal, como afirmou Norbert Elias, numa sociedade tradicional, como a de Corte, um recorrente critério de distinção social era a noção de “honra” (Elias 2001). Desta forma, através dessa relação dialética de dons e contra-dons, a reciprocidade produzia fortes laços clientelares que podiam estruturar uma extensa rede de relações políticas e manutenção do poder.

Os conhecimentos botânicos a serviço do projeto régio também foram fundamentais para o reconhecimento régio da dedicação de Joaquim de Amorim Castro. Castro era membro da geração coimbrana de 1790 (Maxwell 1999; Cruz & Pereira 2009) e tornou-se perito em botânica. Empreendeu um amplo levantamento nas matas da Vila de Cachoeira, onde atuou, a partir de 1787, como juiz de fora e dedicou à Rainha uma “singela coleção de madeiras” que, segundo ele, formava “um dos ramos mais interessantes da riqueza natural do seu império”³.

Dentre seus trabalhos, chamam nossa atenção a *Memória sobre o tabaco na vila de cachoeira*, bem como seus estudos sobre as madeiras-de-lei, além de outras ervas naturais. Sua produção revela um naturalista antenado com a política da Coroa para a Bahia Atlântica, angariando esforços botânicos para a exploração racional das madeiras, de variadas culturas agrícolas e ervolaria (Lapa 1973)⁴. Tereza Kirschner já havia destacado o zelo de Castro pelo desenvolvimento da região a partir dos saberes naturais quando observou,

Durante alguns anos dedicou-se às investigações sobre o cultivo do tabaco e sobre as madeiras da região, o que foi tema de vasta correspondência com os Secretários da Marinha e Ultramar, Martinho Mello e Castro e Rodrigo de Sousa Coutinho, bem como com o Governador da Capitania, Dom Fernando José de Portugal. Suas pesquisas na área de botânica mantinham-no em contato com seu ex-professor de História Natural em Coimbra e com a Academia Real das Ciências de Lisboa (Kirschner 2004, p. 79).

Assim como Joaquim de Amorim Castro, os naturalistas usavam seus instrumentos e saberes naturais a serviço da dominação do centro político sobre os espaços coloniais. Como naturalistas, esses

² Carta de Joaquim de Amorim Castro ao príncipe regente [Dom João], solicitando proteção e acolhimento na realização de ensaios e experiências de Botânica na Capitania da Bahia. 1796. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 201. Doc. nº 14476*.

³ Memória para a Rainha... In: *Anais da Biblioteca Nacional, v.32, 1910*, p. 116.

⁴ Cf. também: Carta à rainha [D. Maria I] sobre a cochonilha e a sua cultura no termo e sertão da referida vila. Bahia, 27/7/1789. *Manuscritos do AHU, Bahia, Cx. 191, D. 14000*; Ofício para D. Fernando José de Portugal solicitando incentivo à produção de tabaco e algodão, bem como aos seus ensaios na área da botânica. Cachoeira, 20/1/1796. *Manuscritos do AHU, Bahia, Cx. 200, D. 14447*.

homens zelaram, uns mais que os outros, pelos interesses do Estado. Francisco Nunes da Costa, por exemplo, foi um aplicado desembargador de boa cultura jurídica que desempenhou, como Ouvidor, um importante papel ao denunciar a destruição das matas da Comarca de Ilhéus. Suas denúncias davam conta de roceiros que não respeitavam as leis de conservação e – para sua aflição - destruíram incontáveis recursos florestais (Pádua 2002; Campos 1981; Santos 2005).

A preocupação de Costa com a conservação das matas está presente em boa parte de sua produção administrativa. Em representação dirigida à Rainha em 20 de janeiro de 1785, o Ouvidor de Ilhéus observou a devastação que estavam sofrendo as matas virgens de riqueza incalculável.

Os estragos que tem causado os intitulados roceiros de Nazaré tem sido tão rápidos que, se estendendo em menos de 06 anos pelo espaço de 12 léguas, se acham atualmente ocupando as cabeceiras do rio Jiquiriçá, onde desprezando os avisos, advertências e notificações judiciais, tem reduzido a cinzas matas preciosas e tão antigas como o mundo e fazendo uma perda ao qual não há cálculo que a possa computar. Esta mata [...] é a única mata onde se extraem os importantes pranchões e tabuados de vinhático, os melhores pela sua qualidade e os mais tomados pela conveniência da descida do rio. Todas estas riquezas desprezadas por estes homens rústicos e ambiciosos estão próximas a extinguir-se se de todo não forem detidos estes incendiários e se por outra providência não forem as matas defendidas⁵.

Na base do discurso conservacionista de Costa estava a relação das matas com as vantagens que estas poderiam oferecer ao Estado, como fonte das melhores madeiras-de-lei para a indústria naval. A defesa dos bosques recorria ao argumento jurídico consolidado de que era papel da Coroa a conservação dessas vastas reservas em prol do “bem comum”. O mesmo argumento pode ser encontrado em Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá⁶. Segundo ele,

São bem conhecidas as utilidades que resultam das madeiras do Brasil a Portugal. É também sabido que todas as terras do Brasil, excetuadas alguns campos primitivos, estão cobertas de grandes e espessas matas, em cuja destruição trabalham assas os habitantes, sem ainda constar que se tenha plantado um só pé das necessárias à construção e à combustão diária (Sá 1789, p. 44).

O argumento de Bittencourt e Sá revela uma sintonia de pensamento entre alguns funcionários nos temas ordinários da colônia. Aluno de Domingos Vandelli e com uma sólida formação intelectual, este naturalista teve oportunidade de grande relevância ao participar, conjuntamente com José Bonifácio de Andrade e Silva (1763 – 1838), de um longo programa de estudos e estágios práticos de cerca de oito anos, estendendo-se por diversos países europeus, no qual foi chefe de brigada (Cruz 2004; Mendonça 1933). Este investimento da Coroa rendeu-lhe, mais tarde,

⁵ Costa, Francisco Nunes da. Representação dirigida a Rainha, sobre as devastações que estavam sofrendo as matas virgens. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 32, 1910. p.568.

⁶ Nascido em Santo Antonio da Itacambira, Comarca de Serra Frio, Minas Gerais, em 26 de abril de 1764 e faleceu na Bahia em 13 de dezembro de 1835, aos 71 anos de idade. Filho de Bernardino Rodrigues Cardoso e Francisca Antônia Xavier de Bittencourt e Sá, iniciou seus estudos na Universidade de Coimbra em outubro de 1783, quando tinha 19 anos. Nessa instituição, doutorou-se em Leis e Filosofia, obtendo seus diplomas em 1788, aos 24 anos. Foi o primeiro brasileiro a assumir o cargo de Intendente das Minas na região de Minas Gerais.

o cargo de Intendente Geral das Minas, em Serro Frio, na Capitania de Minas Gerais. Além disso, se tornou sócio correspondente das Academias de Ciências de Stocolmo, da Academia de História Natural de Edimburgo, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro, assim como presidente da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia, todas instituições nas quais colaborou com seus manuscritos.

Como proprietário de um engenho de açúcar conhecido como da “ponta”, localizado na foz do rio Paraguaçu, na Bahia, tornou-se “um dos fazendeiros mais respeitados da região, tanto pelo saber, quanto por suas práticas econômicas” (Pádua 2002, p. 96). Desenvolveu viagens e experiências mineralógicas investigando ouro, prata, cobre, ferro e nitreiras, esta última, razão de sua vinda para a colônia brasileira. Como ressalta Dias, foi encarregado de,

Consolidar o estabelecimento das nitreiras e de zelar pelo aperfeiçoamento da cultura de subsistência, principalmente da mandioca, de que estava incumbido seu irmão, assim como de tratar da introdução de novas plantas e especiarias. Segundo instruções de D. Rodrigo, deveria ele entender-se com o diretor do Jardim Botânico da Bahia para fazer vir do Pará a fruta pão, a cochonilha, o linho cânhamo e especiarias como a pimenta e a canela; deveria também fazer experiências com as sementes da árvore da teca, que era excelente para as construções navais. Na Bahia, ocupou-se também do melhoramento da cultura do açúcar, em divulgar métodos adiantados de cultivo e adubagem, assim como de novos processos para máquinas e fornos, conforme especificavam suas instruções (Dias 1968, p. 125).

A trajetória de Bittencourt e Sá nos mostra uma sintonia entre sua atuação e a política geral da coroa, uma vez que se ocupou de questões fundamentais para o cenário político de modernização da Bahia, ao concentrar suas reflexões no potencial oferecido pela região, através de suas culturas agrícolas e silvestres, bem como nos mais eficazes métodos produtivos que os habitantes locais deveriam observar em suas propriedades (Cruz 2004).

O naturalista destacou uma variada gama de culturas agrícolas capazes de dinamizar a economia da Comarca ilheense, atrelando às novas técnicas produtivas oriundas de suas observações como naturalista e dono de terras. Como já observou Maria Beatriz Nizza da Silva, Bittencourt e Sá foi um notável botânico e sua memória sobre Ilhéus “revelava o naturalista capaz de experimentar os usos industriais das plantas, de conhecer os processos químicos necessários à sua transformação.” (Silva 2010, p. 474).

O naturalista demonstrou - assim como os demais - ter construído uma próxima relação com o ministro Coutinho, como mostra um ofício de 24 de novembro de 1800. O português encarregava-o, dentre outras coisas, de aumentar as culturas exóticas como “as da pimenta, da canela, das especiais, que poderiam ser importadas do Pará, e ainda da cochonilha e do linho cânhamo, que procurava implantar em outras Capitânicas também” (Silva 2010, p. 484).

Outro naturalista engajado na diversificação natural da Comarca era Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Este militar, auto-didata confesso na Filosofia Natural, embora apresentasse referências teóricas dos principais circuitos de produção europeus, não deixava de carregar suas marcantes singularidades. Esse naturalista não se doutorou na Universidade de Coimbra, nem tampouco teve a orientação direta de Domingos Vandelli. Contudo, o capitão de infantaria do regime dos extremos, além de ter realizado inúmeros estudos sobre história natural, foi um dos sócios correspondentes da Academia Real de Ciências de Lisboa (Delerue 1998; Farias 2010)⁷.

Em sua produção, Muniz Barreto deixou pistas de ser um leitor das principais referências do naturalismo europeu da época, a exemplo de Pison (1611-1678), Buffon (1707-1788) e Lineu (1707-1778), além da utilização dos principais métodos como filósofo natural.

Como um entendido do controle indígena na Comarca de Ilhéus, pôde oferecer à Coroa um “plano” de civilização desses povos que abundavam a Bahia e que, segundo seu pensamento, poderiam ser de grande valia se incluídos ao projeto colonial. A relação entre a necessidade de um processo civilizatório para as nações indígenas e o avanço da “opulência do comércio e agricultura”, surge como uma chave analítica no pensamento de Muniz Barreto. (Barreto s/d).

Desde pelo menos 1788, quando do envio de seu *Plano dos índios* para a Coroa portuguesa, o capitão já demonstrou conhecimento acerca dos processos históricos relativos a estes grupos da colônia brasileira, nos mais variados territórios, do Maranhão ao Rio Grande do Sul. Na Bahia, ele se aproveitou, na década de 1790, de uma sublevação dos indígenas para, ao mesmo tempo, tentar conter a revolta e utilizar seus conhecimentos sobre a natureza na produção de seus estudos.

Os indígenas aparecem com certa frequência em suas experiências exploratórias e eram importantes interlocutores do naturalista no exercício da história natural. Servindo como guias, alguns indígenas apontavam virtudes e usos das coleções naturais, comprovavam as observações dos naturalistas e ofereciam suporte logístico às expedições. A experiência nativa era um pilar fundamental na produção do conhecimento botânico na colônia (Raminelli 2000).

⁷ Em pesquisa realizada sobre os ficheiros de Coimbra, Boschi identificou um Domingos Alves Branco, que teria nascido na Bahia (não foi encontrada referência à data de nascimento) e supostamente teria se formado em Direito, em 1792. Embora com os mesmos primeiros três nomes, o nome deste estudante não está coerente com a forma como o capitão, aqui em questão, foi registrado nos ficheiros de seu filho, Joaquim Anselmo Alves Branco Muniz Barreto, nascido na Bahia, em 1765 e formado em Direito, em 1797. Tampouco condiz com o período de atuação profissional na Capitania da Bahia, onde já em 1790 atuava no Morro de São Paulo, inclusive realizando estudos endereçados ao trono, o que nos faz crer que tal nome seja referente a mais um de seus filhos. Nascendo na Bahia em 1748 e falecendo no Rio de Janeiro em 1831, uma das cidades nas quais possivelmente, deve ter adquirido formação militar, atuou, provavelmente, entre as décadas de 1770 e 1780, na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, na atual região do Rio Grande do Sul.

O contato com os indígenas foi priorizado pelos naturalistas. Nesse encontro, a própria definição das prioridades científicas passava, em parte, pelo olhar do naturalista, mas também pela visão de mundo dos indígenas, uma vez que os ilustrados de um modo geral tendiam a reconhecer a importância de seus saberes na acumulação de seus escritos. Nas palavras de Vera Marques (1999),

Os saberes dos ameríndios continuavam valendo para os naturalistas do século XVIII, tanto quanto havia sido úteis para os viajantes e colonizadores fazerem suas descrições no século XVI e XVII. Identificando as plantas medicinais e alimentares, os indígenas forneciam o conhecimento básico para o início dos estudos de História Natural em terras do Brasil. Como ‘mais entendidos’, localizavam as plantas e sementes para serem descritas e classificadas. Contavam, pois, os naturalistas dos fins dos setecentos com os saberes dos habitantes da terra e as velhas descrições e utilidades das plantas elaboradas nos Quinhentos e Seiscentos por curiosos colonizadores e viajantes (Marques 1999, p. 116).

A presença relativamente grande de indígenas, de variados grupos étnicos, habitando as matas da Comarca de Ilhéus apresenta uma fonte inesgotável de experiência sobre o meio natural à disposição dos homens de ciência. A nosso ver, temos aí mais um fator favorável na construção da centralidade da Bahia Atlântica na política científica do império português em fins dos setecentos.

A título de exemplo, em outro momento, o capitão Muniz Barreto destacou que procurou certificar-se “de um índio de avançada idade” e “com muita inteligência e experiência daquelas ervas”, a quem apresentou algumas estampas. Uma vez que o velho índio não podia acompanhá-lo ao mato, lhe foi dando a partir das estampas “os mesmos nomes e préstimos” de que o naturalista “já tinha feito lembrança, só com a diferença de que em algumas, pela maior experiência, aumentou ele as suas virtudes”⁸. Outro trecho de seus relatos revela esta prioridade na busca por homens experientes em ervolaria:

Da povoação de Una segui por terra a aldeia dos índios de S. Fidélis, que fica distante légua e meia, por serem estes igualmente experientes de ervas medicinais. Muito satisfeito fiquei nesta observação, porque me aprontou o regente desta aldeia seis índios, os mais experientes ervolários E para me darem notícia de todas as frutas silvestres, me mostraram os mesmos índios muitas ervas, que eram as mesmas que eu já tinha estampado na ilha de Queipe, concordando em umas a respeito das virtudes que aqueles Índios me tinham dado.⁹

Utilizando-se da “experiência de seus antepassados”, o naturalista serviu-se dos saberes transmitido de geração em geração através de fortes tradições orais. Curioso observar que tais saberes e práticas enraizadas nas experiências cotidianas dos diversos povos da floresta, só se transformavam em discursos autorizados a falar pela natureza quando eram apropriados ao filtro da ciência pelos naturalistas (Chambers & Gillespie 2001). Como observou Marques,

⁸ Relação que contém a descrição de uma diminuta parte da Comarca dos Ilhéus desta Capitania da Bahia, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Capitão de Infantaria do Regimento de Estremos, 1790. *Manuscritos da BN, I-12,3,10*, p. 07.

⁹ *Ibidem*, p. 09.

Rodrigo Osório Pereira

Se os saberes dos indígenas sobre a flora brasileira seriam usualmente descredenciados no nível discursivo, não parece tê-lo sido no nível prático. Utilizados como indicativo para coleta de espécies desconhecidas, tiveram seus usos posteriormente abalizados por experimentos científicos. E antes mesmo destes conhecimentos serem afirmados cientificamente, as plantas indígenas já constituíam capítulos de farmacopéia portuguesas e estrangeiras, o que demonstra os bons resultados obtidos por aqueles que as usavam (Marques 1999, p. 70).

Outra singularidade da produção de Domingos Alves Branco Muniz Barreto que revela a margem do naturalista em barganhar ou reapropriar o projeto das instituições científicas europeias pode ser observado a partir de seu estilo. Na dedicatória de uma de suas memórias à academia de Lisboa, o capitão dissimulou ao dizer que seu texto estava repleto de “irregularidade, mistura, e confusão” e que apresentava um estilo “muito alheio da ciência ainda de um mediano naturalista”¹⁰. Interessante notar que a função dessa modéstia frente a central científica ao admitir a “falta de termos próprios de que usam na sua linguagem os naturalistas”, serviu, sempre quando possível, para Muniz Barreto estabelecer críticas e sugerir mudanças metodológicas no modo como a Filosofia Natural era concebida e executada (Pereira 2016).

Ao se referir, por exemplo, à “falta de termos próprios de que usam na sua linguagem os naturalistas ex professo”, Barreto sugeriu à academia deixar “de parte este obstáculo”, pois isso permitiria “que todos entendessem o que lessem, que todos pudessem escrever o que vissem e descobrissem e que todos pudessem pedir o que necessitassem”. Ainda segundo o naturalista, esta nova regra, se introduzida na prática da academia, “faria estender mais o comércio, e adiantar a indústria”¹¹.

Ao solicitar que se deixasse de lado a preocupação com os termos técnicos, o naturalista estava assim, ao mesmo tempo, criticando a natureza restrita e fechada do campo da Filosofia Natural ligado àquela instituição, bem como demonstrando, na prática, a possibilidade de realização de estudos que atendiam aos mesmos fins da academia e com linguagem mais acessível. Não por acaso, a preocupação com a abertura da prática naturalística para permitir a contribuição de “curiosos”¹² partia de um autodidata no campo da Filosofia Natural.

Vale ressaltar que um traço importante na produção local produzida pelos naturalistas baianos é a preocupação com suas realidades coloniais. A definição dos temas de estudo, por exemplo, era indicativa daquilo que consideravam ser uma prioridade para o desenvolvimento da colônia, o que nem sempre estava em sintonia com as determinações vindas de Portugal. Na mesma lógica, podemos

¹⁰ Relação que contém a descrição..., p. 19.

¹¹ Ibidem, p. 19.

¹² O termo aparece na Memória do Capitão para designar àqueles que, mesmo não tendo formação acadêmica, se dedicavam aos estudos de história natural. Há muitos indícios pela documentação desse período de que a história natural despertou interesse em muitos tipos sociais que, seja por distração ou com alguma finalidade prática a praticaram.

encontrar as adequações de nomenclaturas do latim para a incorporação da linguagem indígena no tratamento das coleções naturais.

Mas se o naturalismo luso americano era eclético em suas metodologias, também o era no perfil de seus praticantes. De um militar autodidata e crítico das convenções epistêmicas da Academia, passemos a analisar um dos mais leais magistrados e engajado discípulo de Vandelli: Baltasar da Silva Lisboa.

Nascido em Salvador em 06 de janeiro de 1761, filho de Helena de Jesus e Silva e Henrique da Silva Lisboa, teve como irmão José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú. Quando este já se encontrava no Reino realizando seu bacharelado, Baltasar da Silva Lisboa foi ao seu encontro, em julho de 1775, para também realizar seus estudos preparatórios para o curso de Direito da Universidade de Coimbra. Este dado sugere que a família de Lisboa devia possuir muitas posses, pois como aponta Ana Lúcia R. Da Cruz, os custos para manutenção de um filho no Reino para a conclusão dos estudos eram altos e sua família possuía dois (Cruz 2004).

Após se formar, Lisboa logo recebeu apoio político para, em Portugal, empreender viagens filosóficas e produzir alguns trabalhos de Filosofia Natural. Desde cedo, em Coimbra, este naturalista havia cursado várias disciplinas dessa área, simultaneamente, com seu curso de leis (Lima 2008). Sua formação o conferiu grande prestígio no Brasil, onde retornou, em 1788, para assumir o cargo de Juiz de Fora do Rio de Janeiro. Em 1796, foi nomeado ouvidor da Comarca de Ilhéus e, concomitantemente, Juiz Conservador das Matas da Comarca de Ilhéus¹³, cargo no qual permaneceu até 1818. Aposentado, em 1822, foi acusado, na Bahia, de ser opositor político do primeiro império, o que lhe forçou a transferir-se para o Rio de Janeiro, onde permaneceu até sua morte, em 14 de agosto de 1840.

Antes, contudo, foi ainda nomeado lente da Faculdade de Direito em São Paulo e sócio fundador do Instituto Histórico Geográfico do Brasil – IHGB. Morrendo dois anos após a fundação desta instituição, esse fato lhe gerou algumas homenagens póstumas, sendo a mais conhecida o discurso proferido por seu sobrinho Bento da Silva Lisboa, o qual ficou conhecido como sua *biografia* (Lima 2008; Raminelli 2006).

¹³ Este cargo foi criado sob sua influência quando ainda se encontrava no Reino articulando com Dom Rodrigo de Sousa Coutinho uma nova política para as matas da Comarca de Ilhéus. Essa função foi inspirada em magistratura denominada Monteiro-mor em Portugal, responsável pela guarda geral das florestas (ou “*montes*”, como ainda hoje se diz na península ibérica). Suas tarefas foram definidas por cartas régias, antes mesmo do século XV, e seu Regimento foi estabelecido em 1605.

Warren Dean assim o descreve: “extraordinariamente ativo e leal à Coroa, foi motivado com um compromisso daquilo que ele chamava ‘este sublime celeiro da Natureza’” (Dean 1996, p. 152). Já Raminelli aponta-o como um homem “ambicioso”, de gênio “pouco inclinado ao sossego”, “pobre de espírito” e hipotetiza supostas atividades de corrupção empreendidas pelo juiz no Rio de Janeiro (Raminelli 2006).

Quando ainda era estudante de leis em Coimbra, Lisboa foi beneficiado, ao entrar como protegido político, num poderoso sistema de patronagem. Estudantes destacados como Lisboa conseguiam rápida progressão nas carreiras, pois a Filosofia Natural se constituiu numa estratégia de “trunfo que o acompanharia por toda a carreira”. Como ainda lembra Raminelli, “Lisboa pleiteava ascender na magistratura, recorrendo certamente aos serviços como juiz, mas também como naturalista, sobretudo por não receber emolumentos pela última função” (Raminelli 2006, p. 281).

Sem sombra de dúvidas, a trajetória desse naturalista é outro forte indicativo da centralidade da Bahia Atlântica na política botânica da Coroa portuguesa, uma vez que saiu da Bahia para estudar em Coimbra e para lá voltou como um dos mais poderosos naturalistas a serviço da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Tanto Martinho de Mello e Castro (1770-1795), um dos primeiros protetores de Lisboa, quanto D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1796-1801), seu sucessor, através de uma rede clientelar na Capitania, forneceram apoios políticos e financeiros para a elaboração de estudos pelos territórios coloniais. Não raro, interferiram em questões ou conflitos em que entravam seu protegido naturalista.

A ligação existente entre os saberes naturais e o poder Real estava presente na atuação política de Lisboa desde quando era recém-formado. Lisboa foi um funcionário-naturalista típico, pois soube aplicar seu domínio da Filosofia Natural em favor do serviço régio. Como sugeriu Morton e depois Pádua, em 1796, quando Lisboa se encontrava em Portugal, este teria sido chamado pelo ministro Coutinho, que acabara de assumir a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, para elaborar uma política de cunho reformador para a questão das matas da Bahia. Esta participação faz sentido se consideramos que Lisboa era baiano e grande conhecedor da região, além de ser um dos intelectuais mais preparados na “física dos bosques” (Morton 1978; Pádua 2002).

Além de ter sido um dos mentores de um projeto político que chegou à Bahia um ano depois e que determinou o monopólio real de “todas as matas à borda da costa e dos rios navegáveis”¹⁴, através da Carta Régia de 13 de Março de 1797, foi nomeado ainda, em 1796, para o cargo de juiz

¹⁴ Carta Régia para Dom Fernando José de Portugal, Queluz, 13 de março de 1797, Rio de Janeiro, *Biblioteca Nacional*, nº I-1, 4, 8.

conservador das matas na Comarca de Ilhéus, magistratura inédita para as possessões coloniais portuguesas.

Assumiu a responsabilidade de pôr em prática, a partir de 1797, tal política, realizando uma série de tombamentos de terras públicas, criando mapas, estabelecendo uma fiscalização mais severa junto aos particulares que só poderiam extrair madeiras em suas próprias propriedades mediante licença expedida pelo próprio juiz. Além disso, deu andamento à confecção do primeiro *Regimento dos cortes de madeira* da colônia brasileira, de 1799, o qual ficou conhecido como “plano” para as matas (Campos 1981).

As matas sempre foram objeto privilegiado de observação de Lisboa. Uma de suas mais belas produções intitula-se *Riquezas do Brasil em madeiras de construção e carpintaria*. Esse inventário iniciado na Comarca de Ilhéus acabou, posteriormente, sendo incorporado a um projeto maior do levantamento de espécies destinadas à construção civil e, em especial, à naval. Nos anos finais de sua vida, no Rio de Janeiro, Lisboa o publicou com observações sistemáticas sobre trezentos e nove espécies diferentes de árvores de construção, uma relação razoável de cascas e ervas, incluindo um apêndice de descrição botânica. Essa relação contém espécies típicas da mata atlântica brasileira, entre as quais muitas endêmicas do Rio de Janeiro e da Bahia e é um valioso documento para os pesquisadores desse bioma. Pode ser utilizado não só por historiadores ambientais, mas por todos aqueles que, numa perspectiva interdisciplinar e multidisciplinar, estiverem dispostos a recorrer a uma análise histórica da presença, uso e extinção desses recursos naturais (Lisboa 1823).

O papel desempenhado por Baltasar da Silva Lisboa é revelador da centralidade botânica da Bahia Atlântica. Não só foi dali que surgiu um dos maiores peritos no tema das matas ao serviço régio, como ele foi destinado para executar novamente ali um audacioso plano político para as matas, agricultura e ervolaria, subsidiado pela botânica, a qual se destacou em seus estudos em Coimbra. Cabe-nos admitir que esta periferia política, econômica e cultural do império português, inverteu, sob um determinado aspecto, a relação com Portugal, tornando-se um centro botânico e tornando-se peça chave na política reformista da coroa para o Brasil.

Outro naturalista atento no papel da história natural para o desenvolvimento da região foi José de Sá Bittencourt e Accioli. Irmão mais velho de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, mencionado acima, nasceu em Minas Gerais, em Caeté, no ano de 1755 e faleceu no mesmo local em 1828. Seguindo para Coimbra, bacharelou-se em Filosofia Natural, em 1787, o que sugere, mais uma vez, assim como ocorreu com a família Lisboa, o caráter restrito do circuito de estudantes brasileiros que foram ao Reino estudar naquela instituição.

A documentação sobre Bittencourt e Accioli aponta que, logo após se formar, estabeleceu, dentre outras coisas, uma pequena fábrica de cerâmica em sua terra natal. Teria vivido ali até o episódio da Inconfidência Mineira, ocasião em que foi acusado de ter participação e obrigado a uma retirada para o território baiano. Quando chegou à Bahia, Bittencourt e Accioli foi preso, mas logo em seguida solto por sua tia, que pagou uma alta quantia em ouro pela sua absolvição (Neves 2007).

Apesar desse episódio, Bittencourt e Accioli foi encarregado, entre 1799 a 1808, das explorações mineralógicas e inspeção da mineração de salitre, na região de Montes Altos, na Bahia¹⁵. Ali, este naturalista propôs a construção de uma estrada ligando a área à costa, instalou uma fábrica de salitre e escreveu pelo menos duas memórias sobre o tema¹⁶. Certamente, esses estudos foram as grandes responsáveis por seu acesso à Academia Real de Ciências de Lisboa, da qual se manteve como sócio correspondente.

Estas expedições pelo sertão da Capitania da Bahia renderam-lhe também, a partir de 1799, o posto de coronel de milícias no dito território, o que nos permite refletir sobre dois pontos importantes. O primeiro diz respeito ao caráter militar dessas expedições filosóficas, o que além de apontar a íntima relação existente entre as atribuições específicas de um coronel Real com a de um naturalista coimbrão, também garantia a Bittencourt e Accioli um maior poder de comando sobre os membros de suas expedições.

O segundo ponto está ligado à trajetória do capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto que, apesar de não ser um naturalista de formação, mas militar, encontrou respaldo e acesso nos circuitos letrados portugueses da época, pois, além de suas habilidades no trato com a Filosofia Natural, também detinha os importantes atributos de um comandante militar, o que facilitou suas jornadas pelo território do sul da Bahia, tão cheio de adversidades e perigos.

Apesar da documentação e da historiografia sobre Bittencourt e Accioli dar maior visibilidade ao período em que desempenhou os estudos com as nitreiras da Bahia, não é esse momento nosso maior interesse neste artigo, mas sim o já citado período após sua chegada das minas. O naturalista instalou-se na região de Camamú, uma das vilas do território Norte da Comarca de Ilhéus e, ao longo de uma década, dedicou-se à sua propriedade, produzindo algodão, mandioca e, possivelmente, cana-de-açúcar (Pádua 2002).

¹⁵ Região próxima a atual cidade de Caetitê no sudoeste da Bahia.

¹⁶ Memória sobre o terreno nitroso de Montes Altos. Bahia, 1799. José de Sá Bittencourt Accioli. *IHGB, Lata 109, pasta 4 e*; Memória sobre a viagem do terreno Nitroso (dos Montes Altos da Bahia). 1800. *Manuscritos da BN, 11, 2, 14*. Utilizamos o trabalho de Cruz (2004) para os dados referentes à trajetória de Accioli.

Utilizando sua experiência de filósofo natural e proprietário de terras, produziu, em 1798, uma memória na qual se dedicou às observações da cultura dos algodões e da mandioca, apresentando o que considerava como os fatores de “decadência” dessa última (Accioli 1798). Um ano depois escreveu algumas observações atacando o *Plano Real* para a conservação das matas, cujo teor apresentava uma política monopolista que feria diretamente os interesses dos particulares da região, inclusive dele próprio¹⁷.

Enfim, vistos numa relação inextricável, a Comarca de Ilhéus serviu à Coroa como um palco botânico privilegiado para o desenvolvimento de uma política natural de diversificação e potencialização da exploração dos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A botânica se constituiu numa ciência estratégica na mediação de Portugal com a Bahia Atlântica nas últimas décadas do Século XVIII, uma vez que auxiliou um modo de governar que priorizou a exploração dos recursos vegetais para o fortalecimento da economia política do Estado. Mais do que um campo do saber voltado para o estudo das plantas, a botânica exerceu um papel ativo e dinâmico na constituição de projetos de exploração coloniais na era moderna portuguesa.

A institucionalização da botânica em Portugal se deu através da Filosofia Natural praticada nos principais centros de estudos naturais e ensino do Reino, em dois momentos na história da cultura científica portuguesa. O primeiro abrange os marcos da ação pombalina e deve ser entendido do período que vai de 1764, com a chegada dos primeiros naturalistas da missão italiana à 1779, ano de fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa. É possível identificar, nessa fase, a passagem de uma mentalidade individual nas ciências a um processo de sociabilidade intelectual coletiva, que se consolidou no período mariano e joanino. Os saberes naturais foram estimulados por Pombal e executados por ilustrados portugueses e italianos no âmbito dos principais centros de estudos portugueses.

Os anos 1779-1808 expressam o segundo momento desse processo. Nele, a apropriação da política pombalina desenvolveu as ciências a partir de uma tônica naturalística, principalmente, nas viagens filosóficas pelas colônias e, especialmente, pelo Brasil. Esse período foi de grande importância na postura fomentista da Coroa, ciente do papel da história natural para o desenvolvimento do Reino e no desenvolvimento de um contexto favorável à institucionalização da botânica na colônia brasileira.

¹⁷ Observações sobre o plano feito para conservação das matas da capitania da Bahia. Bahia, 1799. José de Sá Bittencourt e Accioli. (atribuído a). Rio de Janeiro, *Manuscritos da Biblioteca Nacional* nº 22, 1, 9.

Dentre os naturalistas envolvidos no desenvolvimento das ciências, destacou-se Domingos Vandelli, botânico convidado na missão italiana para trabalhar em Portugal. Com a ajuda de Julio Mattiuzzi, jardineiro também integrante da missão italiana, Vandelli não perdeu a oportunidade de dar início a uma coleção botânica nas colônias tropicais portuguesas, que iam desde a Ásia, África e América, além de fazer vir sementes e plantas dos mais ricos jardins botânicos da Europa. Esses esforços visavam a produção de uma cobiçada *História natural das colônias*, apoiada num amplo levantamento das produções dos reinos vegetal, animal e mineral, visando a descoberta de novas espécies e o desenvolvimento dos saberes e da economia portuguesa. Para tanto, os naturalistas italianos contaram com os quadros da Universidade de Coimbra, com destacados estudantes para executar tal projeto a partir das viagens filosóficas.

Em suma, Domingos Vandelli representa um agente chave do naturalismo português, sendo responsável direto pela fundação de instituições como a Academia Real de Ciências de Lisboa, a organização do “Complexo da Ajuda” em Lisboa e a articulação de uma rede de naturalistas que integrariam as diferentes paisagens naturais na constituição de um “teatro da natureza”.

Dentro desse contingente encontramos um conjunto de naturalistas que se dedicaram a desenvolver seus estudos botânicos na Comarca de Ilhéus. Como vimos, essa região Atlântica foi *locus* de atração desse corpo técnico especializado e apto a exercer o naturalismo. Evidentemente, esse foi um quadro expressivo, se considerado as características da burocracia estatal na Bahia, com reduzido número de funcionários régios.

A ação desses naturalistas baianos expressa um contexto de grande relevância para a ilustração luso americana. Nos termos da reforma do ensino superior empreendida por Pombal e das ações coletivas das instituições chave do naturalismo luso brasileiro, a Filosofia Natura, com destaque para a botânica, serviu de instrumento para a formulação de políticas para a flora da colônia portuguesa na América. Analisando o caso baiano a partir de sua Comarca mais estratégica - Ilhéus, pode-se observar que as madeiras de lei, as culturas agrícolas e as ervas foram focos prioritários de ação desses saberes que visavam a potencialização da exploração dos recursos naturais dos domínios coloniais com vistas ao fortalecimento da Real Fazenda.

Esperamos que os estudos vindouros sobre as práticas naturalísticas empreendidas na colônia portuguesa da América continuem enfrentando o desafio de pensar as singularidades dos sujeitos que as realizaram, as características de seus estudos e as articulações que estes realizavam com as demandas locais da realidade colonial, muitas vezes invertendo as pressões oriundas dos mestres em Portugal. A história das ciências coloniais possui assim grande potencial para dinamizar o entendimento sobre as

ciências no Brasil e conectada com seu tempo deve inspirar olhares nas experiências passadas que podem nos ajudar a entender como lidar com os desafios futuros.

REFERÊNCIAS

Accioli JSB 1798. Memória sobre a plantação dos algodões e sua exportação; sobre a decadência da lavoura de mandiocas, no termo da Vila de Camamú, Comarca dos Ilhéus, na Bahia. Apresentada e oferecida a Sua Alteza Real o Príncipe do Brasil por José de Sá Bittencourt e Accioli. Lisboa. Oficina de Simão Thaddeo Ferreira.

Barreto DABM s/d. Plano para Civilização dos Índios no Brasil. Revista do IHGB. p. 91.

Brigola JCP 2000. Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII. Évora: Universidade de Évora.

Campos JS 1981. Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura.

Chambers D, Gillespie R 2001. Locality in the History of Science: Colonial Science, Technoscience, and Indigenous Knowledge. *Osiris*, History of Science Society.

Cruz ALRB 2004. Verdades por mim Vistas e Observadas, Oxalá foram Fábulas Sonhadas: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Cruz B, Pereira M 2009. Ciência, identidade e cotidiano: alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, na conjuntura final do período colonial. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 9.

Dean W 1996. A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia das Letras.

Delerue ML 1998. Domingos A. B. Moniz Barreto: Baía, 1748, Rio de Janeiro 1831; entre o reformismo lusitano e a independência do Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto, 2 v.

Dias M 1968. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro.

Domingues A 2001. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, vol. VIII (suplemento).

Domingues HMB 1995. Ciência: um Caso de Política. As Relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil-Império. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de São Paulo. São Paulo.

Elias N 2001. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.

Falcon FJC 1982. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática.

- Farias PC 2010. Domingos Alves Branco Muniz Barreto: ciência, economia e poder na Bahia (1788-1800)., Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia / Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador.
- Gauer RMC 1996. A Modernidade Portuguesa e a Reforma Pombalina de 1772. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Kirschner T 2004. Tradição e Reformismo. *Penélope*, nº 30/31.
- Lapa JRA 1968. A Bahia e a Carreira da Índia. São Paulo: Cia Editora Nacional.
- Lapa JRA 1973. Economia Colonial. São Paulo: Perspectiva.
- Lima APS 2008. Prática Científica no Brasil Colônia: Ilustrado luso-brasileiro a serviço da natureza. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia / Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador.
- Lisboa BS 1823. Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria. *Revista do IHGB.*, Vol 2.
- Marques VRB 1999. Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas: Ed. da Unicamp.
- Maxwell K 1999. A geração de 1790 e a idéia do Império luso-brasileiro. Chocolate, piratas e outros malandros. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Mendonça MC 1933. O intendente Câmara. Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes. Rio de Janeiro: Imprensa nacional.
- Morton FW 1978. O. "the royal timber in late colonial Bahia. *Hispanic American Historical Review*, 58:1, pp 41-61, fev.
- Munteal Filho O 1993. Domingos Vandelli no anfiteatro da natureza: Reformismo Ilustrado e cultura científica na crise do Antigo Sistema Colonial (1779-1808). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.
- Munteal Filho O 1998. Uma Sinfonia para o Novo Mundo – a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Neves EF (org.) 2007. Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Salvador: Editora Arcadia.
- Pádua JA 2002. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Zahar.
- Pataca EM 2006. Terra, Água e Ar nas Viagens Científicas Portuguesas (1755-1808). Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Pereira RO 2016. O Império Botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia Atlântica Colonial (1768-1808). Feira de Santana: UEFS Editora.

Raminelli R 2000. Ciência e Colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Revista Tempo. p. 19-38.

Raminelli R 2006. Baltazar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista. In VAINFAS, Ronaldo. et al. (org). Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. EdUFF, Niterói.

Santos MF 2005. Manifestações pela Conservação da Natureza no Brasil (1784-1889). Revista Uniara. nº 16.

Silva MBN 2010. Bahia, a Corte da América. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Wehling A 1976. O Fomentismo Português no Final do Século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. Revista do IHGB. v. 316, p. 170-278.

MANUSCRITOS

Carta à rainha [D. Maria I] sobre a cochonilha e a sua cultura no termo e sertão da referida vila. Bahia, 27/7/1789. *Manuscritos do AHU, Bahia, Cx. 191, D. 1400.*

Carta de Joaquim de Amorim Castro ao príncipe regente [Dom João], solicitando proteção e acolhimento na realização de ensaios e experiências de Botânica na Capitania da Bahia. 1796. *Manuscritos do AHU, Bahia, Caixa nº 201. Doc. nº 14476.*

Carta Régia para Dom Fernando José de Portugal, Queluz, 13 de março de 1797, Rio de Janeiro, *Biblioteca Nacional, nº I-1, 4, 8.*

Costa, Francisco Nunes da. Representação dirigida a Rainha, sobre as devastações que estavam sofrendo as matas virgens. *Anais da Biblioteca Nacional, V. 32, 1910. p.568.*

Manuscritos do AHU, Bahia, Cx. 200, D. 14447.

Memória para a Rainha... In: *Anais da Biblioteca Nacional, v.32, 1910, p. 116.*

Memória sobre a viagem do terreno Nitrozo (dos Montes Altos da Bahia). 1800. *Manuscritos da BN, 11, 2, 14.*

Memória sobre o terreno nitroso de Montes Altos. Bahia, 1799. José de Sá Bittencourt Accioli. *IHGB, Lata 109, pasta 4.*

Observações sobre o plano feito para conservação das matas da capitania da Bahia. Bahia, 1799. José de Sá Bittencourt e Accioli. (atribuído a). Rio de Janeiro, *Manuscritos da Biblioteca Nacional nº 22, 1, 9.*

Ofício para D. Fernando José de Portugal solicitando incentivo à produção de tabaco e algodão, bem como aos seus ensaios na área da botânica. Cachoeira, 20/1/1796.

Relação que contém a descrição de uma diminuta parte da Comarca dos Ilhéus desta Capitania da Bahia, por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Capitão de Infantaria do Regimento de Estremos, 1790. *Manuscritos da BN, I-12,3,10, p. 07.*

Sá MFCB 1789. Ensaio de Descrição Física e Econômica da Comarca dos Ilhéus na América. In: Academia das Ciências de Lisboa, Memórias econômicas, vol. I, Lisboa.

The Comarca de Ilhéus and the Portuguese Botanical Policies (1768-1808)

ABSTRACT

This article studies the role of the Ilhéus County as the stage for the formulation of policies of the Portuguese Crown for the local colonial flora, in the transition from the eighteenth to the nineteenth century. Understanding modern science as an instrument of colonial domination, we find that Botany had assumed a central role in the Portuguese overseas world, serving as to intensify the exploitation of natural resources in the colonial horizon. In the Ilhéus County it is possible to find a technical staff of naturalist-officials who have developed with relative singularity and expertise in Natural Philosophy the functions as agents of the Crown. We cite the Ombudsman of the Comarca of Ilhéus, Francisco Nunes da Costa; the naturalist Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá; the Infantry Captain, Domingo Alves Branco Muniz Barreto; the Conservative Judge of woods, Baltasar da Silva Lisboa; the judge from outside the village of Cachoeira, Joaquim de Amorim Castro and; the philosopher José de Sá Bittencourt e Accioli.

Keywords: Botanical Policies; Ilhéus County; Naturalistic Functionary.

Submissão: 30/01/2018
Aceite: 01/08/2019